



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 23 de setembro de 2021

Apoio da UE às reformas na Ucrânia ineficaz na luta contra a grande corrupção

De acordo com um relatório especial publicado pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE), a grande corrupção e a captura do Estado continuam generalizadas na Ucrânia, apesar das ações da União. A UE tem tentado combater a corrupção na Ucrânia como uma prioridade transversal, tendo canalizado fundos e esforços através de vários setores, desde o ambiente concorrencial até ao sistema judicial e à sociedade civil. Porém, o TCE considera que o apoio e as medidas adotadas não produziram os resultados esperados.

Desde há mais de 20 anos, a UE tem apoiado a Ucrânia no seu programa de reformas. A luta contra a corrupção, que constitui um importante obstáculo ao desenvolvimento de um país e é contrária aos valores da União, faz parte integrante desse apoio. A grande corrupção e a captura do Estado são endémicas na Ucrânia. Além de entravarem a concorrência e o crescimento, também prejudicam o processo democrático. Anualmente, perdem-se dezenas de milhares de milhões de euros devido à corrupção. A Comissão Europeia, o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) e a missão de aconselhamento da UE tentaram resolver esta questão e apoiaram várias reformas destinadas a reforçar o Estado de direito e a combater a corrupção na Ucrânia.

Há muito que a UE tem conhecimento das ligações entre oligarcas, altos funcionários, políticos, sistema judicial e empresas públicas. Todavia, salienta o Tribunal, não elaborou uma verdadeira estratégia de luta contra a grande corrupção. Por exemplo, os fluxos financeiros ilícitos, incluindo o branqueamento de capitais, são tratados apenas marginalmente. No entanto, a UE apoiou muitas reformas e atividades anticorrupção na Ucrânia. Na maioria dos casos, o grau de apoio depende do cumprimento de várias condições, mas a Comissão interpretou frequentemente esses requisitos de forma demasiado vaga, o que resultou em avaliações excessivamente positivas. A título de exemplo, o TCE cita o sistema de isenção de vistos. O funcionamento deste sistema não foi reconsiderado, embora não tenham sido cumpridas duas das três condições para o apoio da União.

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral está disponível em www.eca.europa.eu.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

"Apesar do apoio variado que a UE prestou à Ucrânia, os oligarcas e os interesses particulares continuam a comprometer o Estado de direito no país e a ameaçar o seu desenvolvimento", afirmou Juhan Parts, Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório. "A Ucrânia necessita de uma estratégia orientada e eficiente para combater o poder dos oligarcas e diminuir a captura do Estado. A UE pode desempenhar um papel muito mais significativo do que até agora."

No terreno, a ajuda da União produziu poucos resultados. O seu apoio à luta contra as estruturas e os comportamentos anticoncorrenciais centrou-se na governação empresarial e no alinhamento da legislação ucraniana com as normas da UE. À exceção das subvenções concedidas a meios de comunicação social independentes e ativistas, o apoio da União não se concentrou na identificação de esquemas de grande corrupção envolvendo empresas públicas. Contudo, uma vez que é tão elevado o número de empresas ucranianas que são monopólios ou oligopólios corruptos, o TCE argumenta que a UE deveria ter agido mais diretamente para eliminar os obstáculos a uma concorrência livre e leal.

O apoio da UE à reforma do sistema judicial também não produziu resultados suficientes. Não obstante, os projetos da União e a assistência ao reforço das capacidades ajudaram a reformular a Constituição ucraniana, bem como um grande número de leis. Apoiaram igualmente a criação de um novo Supremo Tribunal, como o TCE reconhece. Porém, estes resultados estão constantemente em risco, sendo numerosas as tentativas de contornar a legislação e diluir as reformas. Estes fatores causaram grandes reveses que as medidas da União não conseguiram atenuar.

Da mesma forma, as principais instituições de luta contra a corrupção que a UE ajudou a criar ainda têm dificuldades em fazer sentir a sua presença. Todo o sistema de investigação, ação penal e julgamento de casos de corrupção de alto nível é muito frágil. Embora o Tribunal Superior de Combate à Corrupção tenha começado a apresentar resultados promissores, a sua eficácia, independência e sustentabilidade são regularmente postas em causa. Outro exemplo é o Gabinete Nacional de Combate à Corrupção: embora o apoio político da UE tenha ajudado a manter a sua operacionalidade e independência, este organismo encontra-se sob constante ameaça e as suas decisões dependem de fatores como os procuradores e o serviço forense. Se um dos elos da cadeia for fraco, o todo não pode funcionar corretamente, alerta o TCE.

Informações de base

A Ucrânia é um país da Parceria Oriental da UE e beneficia do Instrumento Europeu de Vizinhança, cuja condição é o respeito pelo Estado de direito. Desde 2014, a Comissão autorizou cerca de 5,6 mil milhões de euros para programas de assistência macrofinanceira (AMF) e 2,2 mil milhões de euros para programas de assistência. Além disso, a Comissão garante empréstimos do Banco Europeu de Investimento no valor de 4,4 mil milhões de euros. A UE é o maior doador de fundos à Ucrânia.

O Relatório Especial 23/2021, intitulado *Redução da grande corrupção na Ucrânia: várias iniciativas da UE, mas resultados ainda insuficientes*, está disponível no sítio Web do TCE (eca.europa.eu) em 23 línguas da UE.

Ainda este ano, o TCE publicará um relatório sobre o apoio da UE ao [Estado de direito nos Balcãs Ocidentais](#).

O Tribunal apresenta os seus relatórios especiais ao Parlamento Europeu e ao Conselho da UE, bem como a outras entidades interessadas, como os parlamentos nacionais, partes interessadas do setor e representantes da sociedade civil. A grande maioria das recomendações formuladas nos relatórios é posta em prática.

Contactos para a imprensa

Serviço de imprensa do TCE: press@eca.europa.eu

- Vincent Bourgeois: vincent.bourgeois@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 551 502
- Claudia Spiti: claudia.spiti@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 553 547